



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça do Estado do Amapá  
Comitê Gestor Regional de Priorização do Primeiro e  
Comitê Orçamentário do Primeiro Grau

ATA DA REUNIÃO - COMITÊ GESTOR  
REGIONAL DE PRIORIZAÇÃO DO PRIMEIRO  
GRAU E ORÇAMENTÁRIO DE PRIMEIRO  
GRAU.

**I – DATA, HORA E LOCAL DE REALIZAÇÃO:** 13 de Julho de 2020, às 09h, em ambiente virtual por videoconferência.

**II – MODO DE CONVOCAÇÃO:** Os integrantes do Comitê, Magistrados e Serventuários, foram convidados, via whatsapp, pela Assessoria de Planejamento e Organização – ASPLAN/TJAP.

**III - PAUTA:** 1) Aprovação da Ata da Reunião Anterior; 2) Plano de Retomada Gradual das Atividades Presenciais; 3) Captação de Demandas para o Orçamento 2021; 4) O que ocorrer.

**IV – QUÓRUM DE INSTALAÇÃO:** Presentes os Juízes MARINA LORENA LUSTOSA VIDAL - Coordenadora do Comitê Gestor Regional de Priorização do Primeiro Grau e Comitê Orçamentário do Primeiro Grau; PAULO CÉSAR DO VALE MADEIRA – Juiz Auxiliar da Presidência; ESCLEPIADES DE OLIVEIRA NETO. A Juíza ALAÍDE MARIA DE PAULA e o Juiz JOSÉ BONIFÁCIO LIMA DA MATA, representante da AMAAP, justificaram suas ausências. Também estiveram presentes os serventuários MARCELO VICTOR MIRANDA; MAC DONALD DE SOUZA MATOS; ANNE CHRYSTIANE DA SILVA MARQUES; LUCINETE OLIVEIRA DA SILVA; LADILSON COSTA MOITA e NEY ARNALDO PARENTE – Representante do SINJAP. Registrada as presenças dos Servidores JOÃO TRAJANO; GLÁUCIO BEZERRA; JOB DUARTE MORAIS; AUGUSTO CÉSAR ALBERTO NERY; EDSON FERNANDES DE CARVALHO e ALOÍSIO MENESCAL.



**V – DELIBERAÇÕES: 1) Aprovação da Ata da Reunião Anterior** – A Ata da reunião do dia 13 de março foi aprovada sem ressalvas. Cumprida essa parte, JOB MORAIS, do Escritório de Projetos da ASPLAN/TJAP, informou sobre dois processos abertos em virtude de deliberação feita na reunião anterior, que tratam: 1 – Realização de cursos ministrados pela EJAP aos servidores e magistrados, no respeitante ao atendimentos de Projetos Sociais que aportam nas Unidades Judiciárias, enviados por entidades civis e militares, relacionados aos recursos do FAJII. Esse processo já se encontra na EJAP para ser inserido ao programa de cursos; 2 – Elaborar a normatização do fluxograma de pagamento dos serviços periciais. Esse processo foi aberto e enviado à DG. A esse respeito, o DCC já encaminhou o processo contendo instrução normativa pra regulamentar esse fluxo e a outra è fazer resolução para o cadastro desses peritos.

**2) - Plano de Retomada Gradual das Atividades Presenciais** – Na sequência, o Juiz Auxiliar da Presidência, PAULO MADEIRA, deu os informes sobre a retomada gradual presencial das atividades do Judiciário, a partir da elaboração de Planejamento muito bem estruturado, e de uma série de reuniões semanais que a Comissão para a Retomada está realizando para ajustar com todos os cuidados e detalhes o retorno ao atendimento público, dentro da taxa de 25% do número de serventuários ao atendimento nas Unidades Judiciais. O Plano de Retomada visa principalmente a segurança para evitar o contaminação epidemiológica, em vista a preservação da saúde com o bem estar físico e mental de todos. O Magistrado ressaltou a importância dos dados científicos epidemiológicos que são apresentados pelo Des. CARLOS TORK, Coordenador do Comitê Estadual de Saúde da Justiça, por ocasião de cada reunião, mostrando o panorama de aumento ou de queda das taxas, bem como as condições de existência de leitos e UTIS disponíveis. São aspectos a indicar quais decisões que Comissão deve direcionar, atendendo também as orientações do CNJ, dentro das peculiaridades de cada região. No nosso caso, existem comarcas que atingiu o pico e já está baixando, outras estão em ascensão. Isso vai exigir medidas diferenciadas para cada município, sempre a considerar os dados científicos. Cada realidade vai permitir ao Juiz da Comarca decidir medida mais segura para a retomada naquele município. O Juiz ressaltou o espaço democrático e amplo em que as discussões, sobretudo com a participação de Magistrados e representantes do SINJAP e AMAAP, e entendimentos estão alcançando. A testagem com Magistrados e Servidores que irá compor



os 25% para o retorno será realizada com muita segurança, além de uma quantidade de EPI's adquiridos pelo Tribunal, tudo de acordo com as discussões e cumprindo coerente o Plano. A previsão de mais 25% retornar será na base de 15 a 20 dias. Essa foi a síntese. Algumas indagações foram feitas a respeito do retorno, em resposta, o dr. PAULO MADEIRA esclareceu que todos esses e outros questionamentos estão sendo amplamente debatidos e avaliados no Fórum da Comissão adequada e portanto essas matérias estão sendo filtradas com muita apuração.

**3 – Captação de Demandas para o Orçamento 2021** – Com a palavra, AUGUSTO CÉSAR NERY, da ASPLAN, informou que a comissão responsável pela elaboração da Proposta Orçamentária 2021 já está recebendo as propostas setoriais para, uma vez consolidadas, serem submetidas à avaliação da Alta Gestão. CÉSAR NERY também informou que, até o final de julho, vai acontecer uma reunião entre os Poderes para definição do orçamento do próximo ano. Em vista a elaboração da proposta do TJAP 2021, até o dia 13 de agosto, a Comissão, capitaneada pela ASPLAN, vai estar mobilizada na organização dos estudos e das estimativas, a partir das informações dos setores, tudo dentro do prazo definido na LDO, para apresentar a Corte do Judiciário. Com a palavra, o Diretor do DEFIN, GLÁUCIO BEZERRA, destacou que é um trabalho intenso em função das estimativas e viabilidades para aprovação de projetos a serem contemplados no Orçamento. Com a palavra, o Juiz ESCLEPIÁDES NETO argumentou a importância de projetos sociais da área da Infância e Juventude serem contemplados na Proposta Orçamentária 2021. Quanto a essa preocupação, CÉSAR NERY tranquilizou o Magistrado, visto que recursos para esses fins são provenientes do FAJII. Com a palavra, a Dra. MARINA VIDAL perguntou quais medidas estão sendo tomadas para que a Unidades tomem conhecimento e enviem suas demandas, sobretudo os projetos, para a composição da proposta orçamentária/2021. CÉSAR NERY informou que Unidades serão informadas via e-mail para que enviem suas propostas de projetos da seara menorista, a fim de serem contempladas a seu tempo. Com a palavra, LADILSON MOITA informou que alguns projetos da Coordenadoria Estadual da Infância e Juventude paralisaram na parte que trata do orçamento desses projetos, entre eles, o projeto de parceria com uma escola agrícola de Ferreira Gomes. Sendo parceiro, o município não tinha como fazer o orçamento pra tocar o projeto por causa da pandemia e tudo foi suspenso. O outro caso citado é quanto ao



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça do Estado do Amapá  
Comitê Gestor Regional de Priorização do Primeiro e  
Comitê Orçamentário do Primeiro Grau

Depoimento Especial, e como exigência do CNJ, todos os Tribunais reimplantem 100%, em todas Comarcas, de unidades de Depoimento Especial. LADILSON MOITA destacou que 50% dos equipamentos, isto é, 7 kits, já foram adquiridos e que ainda restam comprar os 50% restantes. CÉSAR NERY informou que a partir de agosto, por vontade do Des. GILBERTO PINHEIRO, muitas reuniões, por videoconferência, irão acontecer para organizar melhor os pormenores que estão dificultando a execução de tais projetos. No respeitante a projetos cujos recursos provem do FAJII, GLÁUCIO BEZERRA sugeriu a possibilidade de nova regulamentação do Fundo. Já existe o processo, mas está pendente de julgamento do Pleno Administrativo. O Diretor do DEINF argumentou ser fundamental a Comissão de apropriar do tema pra tentar impulsionar a reforma do FAJII. A reforma é importante em razão do destravamento do recurso e vai facilitar, sobremaneira, o que as barreiras burocráticas administrativas tem dificultado, na agilização do empenho de tais recursos. Os ajustes na regulamentação irão facilitar nos encaminhamentos de projetos da Infância e Juventude, que tenham impacto na atuação das Comarcas. Com a palavra, o Juiz ESCLEPIADES NETO propôs ao Comitê, a criação de um fluxo padrão, claro, objetivo e simples, onde leva em consideração o dia de entrada do projeto no Tribunal até o dia da assinatura do Desembargador autorizando ou não a realização da despesa e utilização do recurso. Devendo esse curso processual deve durar em no máximo 4 meses, para que se possa realizar dentro daquele exercício financeiro. Com a palavra, a Juíza MARINA VIDAL, Coordenadora do Comitê ratificou a proposição do fluxo e também o curso de capacitação de Magistrados e Servidores, a ser ministrado pela EJAP, visto a abertura para o entender como funciona a parte burocrática dos encaminhamentos dos projetos que aportam nas Unidades Judiciárias. Com a palavra, MARCELO MIRANDA enfocou olhar especial aos projetos das Penas Alternativas, onde, existindo recursos, fica mais fácil entender a aplicabilidade.

**4 – O que ocorrer** – A próxima reunião do Comitê será no dia 10 de agosto, às 09 horas.

**VI – ENCERRAMENTO:** E por não haver mais nada a tratar, e considerando o impacto do novo Coronavírus– Covid19 nas atividades presenciais do Comitê, a presente ata vai lavrada por mim, Edson Fernandes de Carvalho, que secretariei e transcrevi, e após,

MARINA  
LORENA  
LUSTOSA  
VIDAL:18721

Assinado de forma digital por MARINA LORENA LUSTOSA VIDAL:18721  
Dados: 2020.07.28 09:56:47 -03'00'



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça do Estado do Amapá  
Comitê Gestor Regional de Priorização do Primeiro e  
Comitê Orçamentário do Primeiro Grau

encaminhada e aprovada pelos presentes de forma virtual, sendo assinada pela  
Coordenadora do Comitê. Macapá-AP, 13 de julho de 2020.

MARINA LORENA  
LUSTOSA VIDAL:18721

Assinado de forma digital por  
MARINA LORENA LUSTOSA  
VIDAL:18721  
Dados: 2020.07.28 09:55:47 -03'00'

Juíza Marina Lorena Lustosa Vidal  
Coordenadora do Comitê Gestor Regional de Priorização do Primeiro Grau  
e Orçamentário do Primeiro Grau